

**ANAIS  
DO  
PARLAMENTO BRASILEIRO**

**CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS  
Segundo Ano da Segunda Legislatura**

**SESSÃO DE 1831,  
COLIGIDOS  
POR  
Antonio Pereira Pinto**

**EM VIRTUDE DE RESOLUÇÃO DA MESMA CÂMARA**

**TOMO PRIMEIRO**

**RIO DE JANEIRO  
Tipografia do H. J. Pinto – Rua do Hospício, 218  
1878**

**MÊS DE JUNHO**

**1831**

1831

ÍNDICE <sup>1</sup>

DO

PRIMEIRO VOLUME

A

**Assembleia** geral – decreto convocando extraordinariamente o corpo legislativo; o decreto tinha a data de 3 de Abril; e a convocação, segundo seus termos, era para ter lugar logo que houvesse extraordinária, porém, não se realizou em consequência dos sucessos políticos que se seguirão, - Págs. 1 e 5.

**Atas** do conselho de estado – o Sr. Lino Coutinho depois de palavras veementes contra os ministérios transatos indicou que se pedissem ao governo aquelas atas para que a Câmara tomasse conhecimento dos atos de muitos conselheiros tendentes a destruir o sistema constitucional etc. – Págs. 16, 20, 60 e 65.

**Acusação** aos ex-ministros conde do Rio Pardo e Clemente Pereira – nomeação da comissão para dar parecer sobre a dita acusação; parecer da comissão, - Págs. 20, 160, 224, 262, 268, 272 e 276.

A PÁG. 268 discussão quanto a Clemente Pereira.

**Artilharia** da marinha – proposta do governo relativa à sua organização, - PÁG. 208.

**Arsenal** de guerra – discussão do projeto de lei sobre a reforma do dito arsenal, - Págs. 211, 213 e 218.

Oraram os Srs. Montezuma, Cunha Mattos, Ferreira de Mello, Evaristo, Castro Silva e Rebouças.

**Acusação** dos membros da família imperial, ministros de estado, etc. – sobre o respectivo projeto, - PÁG. 220.

**Acontecimentos** políticos nas províncias das Alagoas, Sergipe, Paraíba e Santa Catarina – a propósito de um parecer de comissão sobre os referidos acontecimentos abriu-se longo debate, no qual tratou-se da restauração do ex-Imperador, dos sucessos políticos de Abril, etc. – PÁG. 226.

**Ata** de uma sessão secreta – o Sr. Montezuma requereu que lhe fosse facultada a leitura de uma ata do Ano de 1828, - PÁG. 247.

B

**Bandeira** e tope nacional – proposta do Sr. Vieira Souto, - PÁG. 158.

C

**Conselheiro** de província, e conselheiro da presidência – discussão do projeto vedando a acumulação daqueles cargos Págs. 123 e 127.

Oraram os Srs. Ferreira de Mello, Rego Barros, Castro Silva, Rebouças, Soares da Rocha, Vasconcellos, Montezuma, May, Paula Araujo e Hollanda Cavalcanti.

**Câmaras** municipais – projeto relativo a este assunto, - PÁG. 127.

---

<sup>1</sup> O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

**Conselho** supremo militar e de justiça – discussão do projeto abolindo-o, - PÁG. 219.

**Convenção** adicional ao tratado com Portugal, de 29 de Agosto de 1825 – ofício do ministro dos negócios estrangeiros referindo-se à reclamação do encarregado de negócios português relativa à execução plena e literal da dita convenção, - PÁG. 240.

**Cartas** de seguro – proposta do ministro da justiça – Feijó –proibindo a concessão de cartas de seguro, - PÁG. 246, 265 e 281.

**Conde** do Rio Pardo – Vid. *Acusação aos ex-ministros*, etc.

**Código** do processo criminal – O Sr. Alves Branco relator da respectiva comissão apresentou o parecer, - PÁG. 286.

## D

**Diário** da Câmara – o Sr. deputado Odorico pediu uma decisão a respeito da redação dos *Diários*, se continuavam ou não, - Págs. 10 e 15.

**Deputado** – projeto do Sr. Odorico vedando ao deputado aceitar condecorações, e empregos durante a legislatura – PÁG. 20.

**Demissão** e deposição de empregados públicos nas províncias – ofício do ministro da justiça dando conta daquelas demissões por causa dos levantamentos que nelas houve depois do movimento de 7 de Abril. Agitou-se extenso debate politico a este respeito – PÁG. 236.

## E

**Eleição** da mesa – Maio – foram eleitos, presidente o Sr. Martim Francisco, vice-presidente o Sr. Araujo Lima, e secretários os Srs. Marcellino de Brito, Muniz Barreto e Baptista Caetano, - PÁG. 9.

**Eleição** das comissões – para a do voto de graças sairão os Srs. Vasconcellos, Paula Sousa, e Limpo de Abreu, - Págs. 9, 12, 19 e 20.

**Exame** da administração passada – por proposta do Sr. Ferreira França nomeou-se uma comissão especial, dos Srs. Alves Branco, Braulio Moniz e Evaristo para tratarem daquele assunto, - Págs. 9, 10, 11, 12 (parecer da comissão), 21 (discussão), 27, 28, 29 e 43.

Ventilou-se a questão, porque não se havia nomeado presidente para o Rio de Janeiro? – O deputado Paula Sousa indicou também que se pedissem a secretarias de estado os documentos que dissessem respeito às relações do gabinete do Brasil com os negócios de Portugal, se existiam nas mesmas secretarias papeis que indicassem intento de alterar a forma do governo estabelecido; e finalmente sobre as instruções ao marquês de Santo Amaro, enviado à Europa.

Oraram os Srs. Rebouças, Evaristo, Ferreira de Mello, Lino Coutinho, Cunha Mattos, Paula Araujo, Amaral, Alves Branco, Hollanda, Carneiro da Cunha, Barreto, Ferreira França.

**Estrangeiros** que ofendessem a tranquilidade pública – projeto do Sr. Carneiro da Cunha autorizando o governo a fazer sair para fora do Império os que estivessem naquelas condições, - PÁG. 15.

Oraram os Srs. May, Ernesto França e Carneiro da Cunha.

**Embargo** posto aos bens do Sr. D. Pedro I até que se liquidasse a sua conta com o tesouro – requerimento do Sr. Lino Coutinho, - Págs. 48 e 55.

Houve debate.

**Empréstimos** externos – proposta do ministro da fazenda José Ignacio Borges, sobre a suspensão por 5 Anos dos juros e amortização dos referidos empréstimos, para aplicar anualmente as somas arbitradas para aquele fim, ao resgate da moeda de cobre. Nomeou-se uma comissão especial composta dos Srs. Montezuma, Hollanda Cavalcanti e Maria Amaral para dar parecer acerca da matéria da citada proposta, - Págs. 127 e 128 (parecer da comissão

terminando pela rejeição da dita proposta), 129, 138, 144, 152 e 157. O parecer da comissão foi aprovado por 59 votos contra 23.

Oraram os Srs. Montezuma, Ferreira França, Barreto, Cunha Mattos, ministro da fazenda, Maria do Amaral, Evaristo, Holanda Cavalcanti, Paula Souza, Rebouças, Baptista Pereira, Vasconcellos (não se pronunciou pró ou contra; propôs o adiamento), Carneiro da Cunha, Martim França, May e Xavier de Carvalho.

A apresentação da proposta supra apontada causou a maior sensação, a opinião pública e a da Câmara insurgiu-se logo contra ela. A discussão longa e variada foi assaz interessante e algumas vezes apaixonada; o deputado Vasconcellos tentou sugerir um meio termo – o adiamento – no intuito talvez de poupar ao governo o mau efeito da não adoção da medida, mas não foi atendido.

**Eleição** da mesa, - Junho, - PÁG. 126.

**Eleição** da mesa, - Julho, - foram eleitos, presidente o Sr. Alencar, vice-presidente o Sr. Araujo Lima, e secretários os Srs. Chichorro, Ferreira de Castro, Paula Araujo e Belisario, - PÁG. 207.

**Empréstimo** português – ofício do ministro dos negócios estrangeiros acerca do citado empréstimo, - PÁG. 240.

**Eleições** – reforma eleitoral; projeto apresentado pelo Sr. Alves Branco relator da comissão especial, - PÁG. 276.

## F

**Fala** do trono na abertura da assembleia geral assignada pela regência provisória, os Srs. Marquês de Caravellas, Vergueiro e Francisco de Lima e Silva, nomeada em 7 de Abril de 1831 por 26 senadores e 36 deputados reunidos no paço do Senado, - PÁG. 8.

**Fixação** das forças terrestres – discussão, - Págs. 113, 157, 208, 210, 213 e 280, (emenda do Senado).

Oraram os Srs. Hollanda, Montezuma, ministro da guerra e Cunha Mattos.

**Fixação** das forças navais – discussão, - Págs. 167, 173 e 280 (emendas do Senado).

Oraram os Srs. Evaristo, Ferreira França, Cunha Mattos, Maciel, Montezuma, Rebouças, Duarte Silva, Hollanda Cavalcanti, Costa Ferreira e ministro da guerra.

**Filhos** ilegítimos – adoção do projeto, - PÁG. 219.

**Físico-mor**, cirurgião-mor e capelão-mor e seus deputados – discussão do projeto abolindo aqueles cargos tanto no exército como na marinha, - PÁG. 219.

## G

**Guarda** nacional, - por proposta do Sr. Ferreira de Mello nomeou-se uma comissão especial para organizá-la; a qual ficou composta dos Srs. Vieira Souto, Cunha Mattos e Evaristo, - Págs. 9, 18, (apresentação do respectivo projeto), 144, 159, 246 (emendas do Senado) e 264.

**Gabinete** secreto – sobre as cartas expedidas pelo gabinete secreto a que se referiam as instruções dadas ao marquês de Santo Amaro; requerimento do Sr. Souto, - Págs. 43, 60, 65, (são enviados os papeis) e 79.

**Governo** do Brasil, - projeto do Sr. Ferreira França propondo que o governo do Brasil fosse vitalício na pessoa do D. Pedro II; e depois temporário na pessoa de um presidente das províncias confederadas do Brasil, - PÁG. 159. O autor justificou o projeto, e a Câmara resolveu que não era ele objeto de deliberação.

## I

**Instruções** dadas ao marquês de Santo Amaro enviado à Europa para o fim de entender-se com a França e Inglaterra no intento de fundar monarquias nos Estados do Prata; são enviadas à Câmara, - Págs. 43 e 73.

**Iluminação** a gás, - projeto relativo à dita iluminação, - PÁG. 219.

## J

**Juízes** de paz – projeto de lei sobre a eleição, atribuições e substituição dos juízes de paz, - Págs. 123, 129 e 159.

**Juros** e amortização dos empréstimos externos, - Vid. *Empréstimos externos*.

**José** Clemente Pereira. – Vid. *Acusação aos ex-ministros*, etc.

## L

**Limites** da província de S. Pedro do Sul com a república do Uruguai – reclamações desta república, - PÁG. 224.

## M

**Marquês** de Aracaty – requerimento do Sr. Lino Coutinho para que fosse eliminado dos cargos de senador e conselheiro de estado o referido marquês que sem licença abandonara os seus empregos, - PÁG. 21.

**Membros** do supremo tribunal de justiça – requerimento do Sr. Carneiro da Cunha recomendando ao governo que fizesse destituir do lugar de membro daquele tribunal o desembargador Aragão por ser estrangeiro, e demitir os desembargadores da relação de Pernambuco, Mello Belmonte e Freitas, por se terem mostrado inimigos do Brasil e de sua liberdade, - PÁG. 115.

**Moedas** de cobre – seu resgate; proposta do ministro da fazenda, - PÁG. 127.

**Morgados** e capelas – discussão do projeto extinguindo-os, - PÁG. 129.

**Muralhas** do arsenal de guerra – discussão da proposta do ministro pedindo crédito para o concerto daquelas muralhas; questionou-se se se devia conceder a soma pedida sem o competente orçamento das despesas que não havia sido apresentado pelo dito ministro, - PÁG. 224.

**Marquês** de Baependi – acusação, parecer da Comissão, - Págs. 262 e 280.

**Marquês** de Paranaguá – acusação; parecer da Comissão, - Págs. 263 e 266.

**Meio** circulante – proposta do ministro da fazenda Vasconcellos, - PÁG. 266.

## N

**Nacionalização** do comércio brasileiro – o Sr. Lino Coutinho depois de ponderar que o comércio estava exclusivamente na mão dos portugueses ofereceu um projeto tendente a Nacionalizar o comércio brasileiro; o Sr. Evaristo concordando na ideia acrescentou que também tinha um projeto da mesma natureza, confessando “que o oferecia à Câmara não tanto como econômico, mas como político, “dirigindo-se à reforma de uma corporação que tanto influía contra as liberdades publicas” referia-se ao comércio português, - PÁG. 20.

## O

**Organização** judiciária – discussão do projeto estabelecendo as bases da organização judiciária no império, - Págs. 220, 225, 236, 262, 263 e 264.

**Orçamento** do Império – discussão, - Págs. 277 e 281.

Oraram os Srs. Rezende, Honório Hermeto, Amaral, Duarte Silva, Rebouças, Hollanda Cavalcanti, Vasconcellos (ministro da fazenda) e Luiz Cavalcanti.

## P

**Papéis** encontrados pelo ministério no gabinete do Sr. D. Pedro I – referiu o deputado Lino Coutinho que por esses papéis se podia avaliar quem eram os traidores que pretendiam aniquilar a nação; por cujo motivo deviam ser remetidos à Câmara, - Págs. 16 e 17.

**Pesos** e medidas para o Império – aprovou-se o respectivo projeto em 1ª discussão – PÁG. 172.

**Propriedades** cujo domínio ou usufruto pertençam ao ex-imperador – discussão do projeto n. 42 de 1831, que igualmente vedava ao soberano do Brasil possuir bens, - Págs. 174 e 246.

Oraram os Srs. Rebouças, Vieira Souto, Martim Francisco, May, Carneiro da Cunha, José Bonifácio, Evaristo e Rezende.

Decidiu-se que o projeto atacava a constituição.

Nesta discussão falou o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva pela primeira vez no parlamento, depois do seu desterro em França; e em seu pequeno discurso aludiu à esse facto, à dissolução da constituinte, e à sua prisão “quando, acrescentou ele, colaborava para a fatura da constituição, que o Brasil só tinha direito de fazer.”

**Presidente** para a província do Rio de Janeiro e criação do respectivo conselho – discussão do requerimento do Sr. Souto, - Págs. 240 e 262.

**Programa** do ministério – o ministro da fazenda enviou à Câmara uma exposição dos princípios que o novo ministério havia fixado para desempenho de sua missão, - PÁG. 267.

**Pretensão** de João de Cerqueira Campello e Alexandre Maria de Carvalho; parecer da comissão declarando que os suplicantes estavam no gosto de cidadãos brasileiros, - PÁG. 122.

De Antonio Joaquim de Araujo pedindo privilegio para barcos a vapor. – PÁG. 263.

De Ignacio Alves Pinto de Almeida, - PÁG. 264.

De Estanislão José de Freitas, - PÁG. 264.

De João Gomes Cezimbra, - PÁG. 267.

De Eleuterio Lopes da Silva Novella, - PÁG. 267.

## R

**Regência** – para formular o projeto sobre as atribuições da regência foi nomeada uma comissão especial, da qual escolheram-se para membros os Srs. Costa Carvalho, Paula Souza e Honório – Págs. 9, 19 (apresentação do respectivo projeto ), 40, 48, 50, 54, 60, 63, 65, 73, 80, 87, 97, 106, 108 e 111 (3ª discussão).

Oraram os Lino Coutinho, Paula Souza, Carneiro da Cunha, Honório, Paula Araujo, Evaristo, Rebouças, Xavier de Carvalho, Martim Francisco, Alencar, Alves Branco, Rezende, Castro Alves, Luiz Cavalcanti, Araujo Lima, Feijó, Ernesto França, Castro Silva, Rego Barros e Odorico.

A Págs. 152 e 159, emenda do Senado para que a regência pudesse adiar a assembleia geral, a qual foi aprovada.

Resolveu-se (PÁG. 152) que fosse uma deputação da Câmara levar a lei à regência praticando-se em sua apresentação o mesmo que havia feito a assembleia constituinte, cujas leis não precisavam da sanção. – Vid. também Pág. 109.

Os debates sobre a lei da regência tiveram grande importância quer pelas considerações políticas que foram acentuadas, quer pela elucidação de doutrina constitucional.

No dia 17 de Junho de 1931 em assembleia geral fez-se a nomeação da regência permanente, sendo para ela eleitos os Srs. Lima e Silva com 81 votos, Costa Carvalho com 75 e Bráulio Muniz com a 65.

À assembleia geral compareceram 35 senadores e 88 deputados.

**Regimento** comum – o Senado convidou a Câmara para formar-se uma comissão mista que tratasse daquele regimento; acrescentando que por sua parte já haviam sido designados os senadores marquês de Maricá, Marquês de Barbacena e Manoel Caetano Almeida e Albuquerque, - PÁG. 12.

**Reforma** da constituição – o Sr. Miranda Ribeiro requereu que se nomeasse uma comissão especial para apresentar as bases daquela reforma, a qual ficou composta dos Srs. Miranda Ribeiro, Paula Souza e Costa Carvalho; a comissão ofereceu seus trabalhos na sessão de 9 de Julho, - Págs. 12, 14, 218, 221, 246 e 286.

Oraram os Srs. Hollanda Cavalcanti, Muniz Barreto, Evaristo, Lino Coutinho, Miranda Ribeiro, Rebouças, Luiz Cavalcanti, Castro Alves, Paula Souza, Amaral, Carneiro da Cunha, Honório, e Odorico.

**Resposta** à fala do trono – foi apresentada na sessão de 9 de Maio, - Págs. 18, 31 (discussão) 38, 43 e 72.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Evaristo, Lino Coutinho, Carneiro da Cunha, Paula Souza, Luiz Cavalcanti, Rebouças e May.

No longo e importante discurso do Sr. Paula Souza a PÁG. 38, fez o orador um retrospecto político desde a independência até a legislatura de 1830: abundou na necessidade das reformas constitucionais exibindo diferentes considerações sobre a marcha que o governo deveria seguir depois da revolução de Abril.

**Relatório** do ministério dos negócios estrangeiros – apresentação, - PÁG. 30.

**Relatório** do ministério da justiça – apresentação, - PÁG. 37.

**Relatório** do ministério da marinha – apresentação, - PÁG. 37.

**Relatório** do ministério da guerra – apresentação, - PÁG. 43.

**Relatório** do ministério do Império – apresentação, - PÁG. 60.

**Religião** – projeto do Sr. Ferreira França estatuinto que a religião fosse considerada negócio de consciência e não estatuto da lei do estado, - PÁG. 123.

**Reforma** dos oficiais do exercito e armada e aposentadorias dos empregados públicos civis ou eclesiásticos, cuja conservação fosse prejudicial à causa pública – projeto do Sr. Paula Araujo sobre o referido assumpto, - Págs. 172, 177 e 187.

Oraram os Srs. Rebouças, Evaristo, Montezuma, May, Cunha Mattos, Paula Araujo, Alves Branco, Paula Souza, Costa Ferreira, Amaral, Carneiro da Cunha Perdigão, Rezende, Muniz Barreto, Xavier de Carvalho, Araujo Lima, Martim Francisco, Vasconcellos, Ernesto França e Odorico.

O projeto foi atacado pelo lado da inconstitucionalidade, porque era violento em suas disposições, porque armava o governo da ditadura e de medidas discricionárias, e porque continha o gérmen das proscricções políticas. Evaristo, Paula Souza, Costa Ferreira, Vasconcellos e Paula Araujo, proferiram importantes discursos refutando aquela opinião e sustentando a conveniência e justiça do projeto, atentas às condições especiais da época. Responderam em sentido oposto e com valente argumentação Rebouças, Araujo Lima, Montezuma, Martim Francisco, José Bonifácio e Cunha Mattos. O projeto não foi adoptado. – Vid. PÁG. 200.



## S

**Segurança** pública – requerimento do Sr. Xavier de Carvalho para que se nomeasse uma comissão que propusesse os meios de prover à segurança pública ameaçada pelos anarquistas – discussão, - Págs. 92, 97 e 117.

Oraram os Srs. Evaristo, Lino Coutinho, Carneiro da Cunha, Ernesto França, Rezende, Honório, Odorico, Paula Souza e Rebouças. Não foi adoptado o requerimento, mas o aditamento do Sr. Evaristo para que se tratasse com máxima urgência da organização da guarda nacional. Na discussão aparecerão algumas proposições ardentes, como as que se referiam à deportação dos inimigos da revolução e outros; os discursos moderadores de Evaristo e diversos deputados reagiram contra tais medidas. A comissão para apresentar o projeto contra tais medidas foi composta dos deputados Candido Baptista, Odorico e Honório.

**Sessão** permanente de 15 a 20 de Julho. – Vid. *Tumultos da tropa na corte*.

## T

**Tráfego** de escravos – indicou o Sr. deputado Odorico que se recomendasse ao governo toda a vigilância para que não continuasse o abusivo comércio de escravos, feito com bandeira portuguesa, - Págs. 29 e 159.

Houve pequeno debate.

**Tijuco** – arrendamento dos terrenos diamantinos, - PÁG. 110.

**Tutor** do imperador – parecer da comissão propondo que quanto às princesas fosse reconhecido como tutor e nomeado pelo ex imperador, mas que o deste fosse escolhido pela assembleia geral, - Págs. 138, 157, 158, 201, 205, 218, 261, (emendas do Senado) e 280. A PÁG. 159 decidiu-se que fora nula a nomeação feita pelo ex imperador e que se procedesse a outra em assembleia geral.

**Títulos** e condecorações – discussão do projeto abolindo-os, - Págs. 160 (emenda extinguindo também a ordem do Cruzeiro, pag.. 167) e 172.

Oraram os Srs. Montezuma, Odorico, Rezende, Carneiro da Cunha, Rebouças, Castro Alvares, Ernesto, May, Cunha Mattos, Vasconcellos e Souto.

**Tocantins** – navegação deste rio; memória de Theotonio Segurado, - PÁG. 201.

**Tumultos** da tropa na corte – Abrindo a sessão no dia 15 de Julho, ponderou o presidente que o fizera mais cedo do que a hora costumada pelo estado de agitação em que se achava a capital. O Sr. Odorico requereu então que se oficiasse ao governo perguntando se os cidadãos podiam contar com a segurança, o que deu lugar à discussão na qual todos os deputados se mostraram dispostos a concorrer da sua parte para conjurar a crise auxiliando o governo. Neste interim chegou um ofício do ministro da justiça comunicando que o corpo de polícia se havia insubordinado, e que toda a tropa se reunira no campo da Aclamação, dirigindo ao governo exigências extraordinárias e mergulhando a população em grande terror. Este ofício, bem como outro sobre o mesmo assunto do ministro da guerra teve logo parecer das comissões de constituição, justiça civil e criminal, propondo que fosse convidado o Senado para reunir-se no paço da cidade afim de com a Câmara e ministério tratarem dos meios de debelar a revolta, e que se oficiasse ao governo dizendo que a Câmara aguardava a indicação das medidas que lhe parecessem necessárias para sua adoção. Naquele mesmo dia, e a pedido do ministro da justiça teve lugar uma sessão secreta.

Na sessão de 16 leu-se um ofício do ministro da justiça cobrindo duas representações, uma de alguns cidadãos e parte da tropa pedindo a deportação de diferentes indivíduos como senadores, conselheiros de estado, altos funcionários civis e militares, a imediata decretação das reformas constitucionais, a suspensão por 10 Anos da emigração portuguesa, e outras medidas excepcionais. Semelhante exigência, condenada in limine pelas comissões de constituição, justiça civil e criminal, etc., (PÁG. 247) foi de igual modo geralmente combatida

pelos membros do parlamento, sendo que na energia da linguagem para que fosse repelida, distinguiram-se os deputados Evaristo, Honório, e Martim Francisco. Na mesma ocasião foi o ministério reorganizado, entrando para a pasta do Império Lino Coutinho, para a da fazenda Vasconcellos, e para a da guerra Manoel da Fonseca Lima; Feijó que então tratava de imprimir à marcha do governo toda a firmeza para destroçar os revoltosos precisava de companheiros conhecidos pelos seus sentimentos patrióticos, e que o ajudassem eficazmente em tal empenho. E justiça confessar que nesta emergência o governo e a Câmara desvelaram-se em restabelecer de pronto a ordem, tomando providências adequadas à crise, e havendo-se com o melhor acordo. A população da corte não se conservou inerte na mesma ocasião, fazendo subir representações ao seio do parlamento em as quais ofereciam seus serviços a bem do sossego e ordem.

Nas cinco sessões permanentes de 15 a 20 de Julho encontraram-se todas as informações, esclarecimentos e debates relativos aos sucessos a que temos aludido.

Na sessão de 23 de Julho o ministro da justiça comunicou que a ordem pública estava restabelecida na capital e as forças militares entregues a cidadãos de toda a confiança.